

PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO N° 098/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° P385505/2025

OBJETO: Análise técnica da documentação para contratação de serviços de publicidade em jornais de grande circulação.

SOLICITANTE: Coordenadoria de Gestão de Aquisições Públicas Corporativas (CGAPC/SEPLAG).

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de análise do processo administrativo, referente à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de publicidade legal em jornais de grande circulação estadual, Diário Oficial do Estado do Ceará (DOE/CE) e Diário Oficial da União (DOU), em atendimento às demandas da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) da Prefeitura Municipal de Sobral-CE.

Os documentos acostados ao processo, que servem de base para esta análise, são:

1. Documento de Formalização de Demanda (DFD).
2. Estudo Técnico Preliminar (ETP) e seus anexos (Mapa de Riscos, Justificativa de Orçamento Sigiloso, Mapa Comparativo, Justificativa de Preço).
3. Relatório de Liquidações do contrato anterior.
4. Comunicações Internas (CI) de solicitação e autorização do procedimento.
5. Minuta do Edital do Pregão Eletrônico.
6. Minuta do Contrato.

O objetivo principal da contratação é assegurar a publicidade, transparência e validade jurídica dos atos administrativos da SEPLAG, em conformidade com a legislação aplicável, e promover a adequação da contratação à Lei nº 14.133/2021, em substituição a um contrato anterior baseado na revogada Lei nº 8.666/1993.

É o relatório.

Passo à análise.

DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

Prima facie, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 133 da Constituição Federal, incumbe a esta Coordenadoria Jurídica manifestar-se sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade

cláusula detalhada sobre a proteção de dados pessoais (LGPD), estabelecendo as obrigações do contratado quanto ao tratamento, sigilo, segurança e resposta a incidentes de dados, o que é fundamental para a conformidade legal atual.

10. Regime Sancionatório e Riscos:

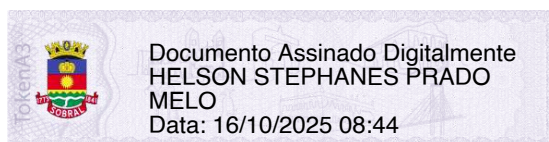
O processo prevê um regime sancionatório detalhado, em consonância com o Art. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, incluindo advertências, multas, impedimento e declaração de inidoneidade, com a garantia do contraditório e ampla defesa. O Mapa de Riscos elaborado para todas as fases do processo (planejamento, elaboração do Termo de Referência, licitação e gestão contratual) demonstra uma abordagem preventiva e organizada para mitigar potenciais problemas.

CONCLUSÃO

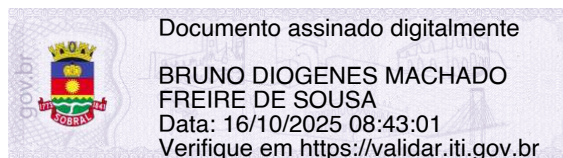
Em face do exposto, esta Coordenadoria Jurídica **OPINA** que a instrução processual apresenta-se bem fundamentada, organizada e em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, seus decretos regulamentadores municipais e os princípios basilares da Administração Pública.

É o Parecer, à consideração da autoridade superior.

Sobral/CE, data da assinatura digital.



HELSON STEPHANES PRADO MELO
Coordenador Jurídico – SEPLAG
OAB/CE 38.514



BRUNO DIÓGENES MACHADO F. DE SOUSA
Gerente da Célula de Processos Licitatórios – COJUR-SEPLAG
OAB/CE 21.370